

Ponte Democrática

A negociação política montada às pressas em Brasília foi um espetáculo para prender a atenção dos ingênuos. No segundo plano desenrolou-se à sorrência a manobra premeditada para impor a eleição direta à sucessão presidencial.

Nenhum democrata faz reparos à eleição direta, mas também não pode desconhecer que a forma direta pode ser tão democrática quanto a escolha feita pelo próprio eleitor. Qualquer democrata, no entanto, tem o dever de questionar a oportunidade da iniciativa com que a ambição irrefletida de alguns quer empurrar o carro adiante dos bois.

Por que aproveitar-se de uma situação nacional grave para forçar uma solução que pode perfeitamente esperar a oportunidade natural? Não é prova de apreço pela democracia que ainda se esboça e, sim, uma demonstração de açodamento de ambições pessoais. Para que a eleição direta agora? Para favorecer a candidatura do Sr Ulysses Guimarães, que quer levar esse prego político pelos serviços prestados à Oposição? Ou será para dar ao Sr Leonel Brizola uma oportunidade com que ele não sonhava tão cedo?

Os métodos escusos de pressão exercida sobre um Governo intimidado pela crise dão a medida da insensatez a que a ambição pode levar. Que teriam a oferecer numa eleição direta essas ambições sôfregas? A conta do passado? A revanche política como um título vencido?

Um democrata, neste momento, é um político que pensa mais na possibilidade do regime do que na oportunidade política em caráter pessoal. Não é uma eleição direta que, por si só, fará deste país uma democracia, e sim um regime democrático é que poderá, depois de construir uma nova estrutura legal, assegurar a continuidade de eleições presidenciais diretas. Ou mesmo indiretas, se a representação política — e não a ambição açodada de alguns — entender que a democracia brasileira já tem nível de consciência capaz de montar um mecanismo indireto que sustente também uma forma parlamentar de Governo. A eleição do Presidente da República pelo Congresso é a forma clássica dos regimes de gabinete.

Não é essa a questão principal que as dificuldades propõem às lideranças políticas e à representação nacional. Não é este o momento adequado de se fazer a opção entre a eleição direta e a indireta. Tudo que se pede da capacidade política brasileira, numa representação que ainda não disse a que veio, é a capacidade de discernir entre a aparência e a realidade, entre o possível e a ilusão. Tudo que não for viável será combatível do retrocesso que ninguém pode desejar. Nem mesmo os que jogam tudo no pior.

A hora de optar pela eleição direta ou indireta soará na reforma constitucional, que deveria monopolizar as atenções políticas e merecer a iniciativa do Governo. Dividido entre a crise econômica e sua própria sucessão, o Governo deixou passar a melhor oportunidade. Não é obra de carregação uma reforma constitucional. A grande reforma do regime e todos os toques de garantia democrática, com sintonia representativa, precisam ser conduzidos com autoridade e competência política. Anteceder essa pauta de responsabilidades históricas por uma eleição direta seria uma temeridade, porque um país sem contrapesos políticos seria arrastado, na voragem da crise, ao atropelo do revanchismo e à perda do controle.

Antes de eleição direta e para adquirir condições de empreender a reforma ministerial que o compatibilize com a democracia, a prioridade do Brasil é chegar ao reconhecimento da necessidade de um Governo provisório, a ser eleito exatamente para construir o elo que amarre a abertura a uma democracia consolidada pela reforma constitucional.

Um Governo de transição, ao contrário do que supõe o amadorismo político, não se improvisa ao sabor das circunstâncias. Pelo contrário, deve ser uma reflexão com base social responsável, encaminhado com medidas que o respaldem. A Espanha, mais uma vez, é para nós exemplo didático: o Generalíssimo Francisco Franco agiu com reflexão e antecedência suficiente para que o regime pudesse absorver o choque da transição.

O Brasil não se preparou adequadamente: sem a definição de um regime constitucional, todas as etapas se ressentem do aspecto improvisado. Faltam-nos meios adequados aos fins que queremos alcançar — e não estão explicitados. Queremos uma democracia e a Oposição só pensa em eleição direta. Com a economia paralisada por um alto grau de inficiência — resultado da estatização imoderada — a democracia gira no vazio.

Além desse obstáculo que impede a passagem a um regime efetivamente democrático, que devolva à sociedade a supremacia nas decisões e na fiscalização, o Congresso confirma apenas o seu despreparo político. Não cabe à desculpa de que um prolongado regime autoritário castrou vocações e desviou a competência para outras atividades. O Estado Novo durou oito anos e, no entanto, quando veio abaixo, o país elegeu uma representação à altura das necessidades. Havia políticos com espírito público e competência para construir o novo regime. Desta vez o que se vê é um festival de despreparo e improvisação política, sem o senso da medida e com uma insensibilidade política acima do normal.

A falta de um mecanismo institucional para gerir a transição, o desgaste do Governo pela crise econômica e a extemporânea abertura do processo de sucessão ressaltam a necessidade de uma presença política dotada de credibilidade pessoal e com o sentido de liderança democrática para receber a missão. Trata-se de fazer o que não foi previsto nem providenciado a tempo.

Aproxima-se a hora em que a necessidade de uma presença dotada de alto espírito público e credibilidade democrática se tornará prioritária. O Congresso que vemos em funcionamento está oco de espírito público. Na hora de votar um decreto de importância crucial para a economia nacional, a representação política mostra as unhas do interesse demagógico: todos querem tirar proveito de uma situação em que o Governo está enfraquecido. Até deputados governistas se comportam predatoriamente como oposicionistas.

Esses deputados e senadores não percebem o mal que estão fazendo ao país. Apadrinharam a estatização da economia como se a burocracia pública fosse digna de qualquer privilégio. Nem se lembram de que a maior dificuldade para se chegar à democracia emana exatamente da forte presença do Estado na economia. A tecnocracia não está na administração direta e sim — muito bem estabelecida, bem remunerada e privilegiada com mordomias — nas empresas públicas que se recusam a obedecer ao Executivo e que repelem o controle do Congresso.

Esse Congresso que inverte as prioridades e se agarra ao acessório, pessoal e demagógico não está sendo digno do Brasil. Não está à altura das dificuldades que retêm o Brasil na crise e do lado de fora de um regime democrático, sem responsabilidades e seis leis. É hora de se redefinir o Brasil, em seu perfil econômico e nos seus traços políticos adultos. Mas é indispensável que se constitua um Governo de transição com essa incumbência política e, nesse sentido, uma verdadeira missão histórica. É hora de se fazerem ouvir as vozes com responsabilidade natural, isto é, provindas da sociedade, e não do Estado. É preciso definir uma situação e escolher um estadista para a missão.